

A perícia e o desafio de lidar com a "caixa preta" do desaparecimento de pessoas no Brasil

Banco Nacional de Perfis Genéticos, que arquiva DNA de condenados por estupro e homicídio, também conservará material de pessoas desaparecidas, auxiliando investigações



Cássio Thyone Almeida de Rosa
9 de junho de 2021

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, durante lançamento da *Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas*

A questão relacionada ao desaparecimento de pessoas no Brasil constitui até hoje uma verdadeira “caixa preta”, na qual ainda temos poucos dados confiáveis em relação a todos os aspectos que envolvem esse tipo de ocorrência.

Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2020, foram quase 80 mil pessoas desaparecidas; para ser mais exato, 79.275 pessoas. Um número alarmante. Difícil é acessar o que esses números efetivamente podem esconder: pessoas que simplesmente optam por migrar, fugir de suas casas, de suas próprias vidas, fugir de seus familiares, etc. Mas a face mais perversa desse contingente de desaparecidos está entre aqueles que são não apenas desaparecidos, mas sim vítimas de homicídios, acidentes, tráfico de pessoas, cárceres privados, escravidão, dentre outros.

Na semana passada, no dia 25 de maio, foi lançada pelo Ministério da Justiça uma iniciativa denominada *Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas*, data escolhida exatamente no dia denominado *Dia Internacional das Crianças Desaparecidas*.

A iniciativa prevê a coleta de material genético em todo o país, entre os dias 14 e 18 de junho. A ideia é aproveitar uma estrutura já consolidada através do chamado Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG), que tem como objetivo também arquivar o DNA de

criminosos condenados por estupro e homicídio. O BNPG foi criado pela lei 12.654/2012 e regulamentado pelo Decreto 7.950 de março de 2013.

A título de comparação, dados de 2019 apontavam que o maior banco de dados de perfis genéticos do mundo seria o da China, com mais de 50 milhões de perfis inseridos. O banco dos Estados Unidos armazenava mais de 13,5 milhões de perfis genéticos de condenados, e ainda cerca de 895 mil perfis de vestígios de local de crime. Nos EUA as informações teriam auxiliado mais de 428 mil investigações criminais. O banco do Reino Unido é considerado o mais eficiente do mundo - armazena o perfil genético de mais de 5 milhões de indivíduos suspeitos de cometerem crimes.

Pela mesma fonte de 2019, o Banco Nacional de Perfis Genéticos brasileiro continha aproximadamente 6.500 perfis genéticos de condenados, 440 de investigados e 7.800 de vestígios de local de crime. No Brasil, até a publicação da matéria consultada, 559 investigações teriam sido beneficiadas por essa ferramenta.

Atualmente, o Banco Nacional de Perfis Genéticos possui 3.856 restos mortais não identificados e material genético de 3.088 familiares de pessoas desaparecidas. A identificação poderá se dar de duas formas:

1. Pela identificação direta: quando o material é do próprio desaparecido, por exemplo: DNA colhido de algum objeto de uso pessoal como escova de dentes ou alguma amostra biológica, como um dente de leite.
2. Por meio de vínculo genético com familiares da pessoa desaparecida, que é feito por meio da construção de árvores genealógicas.

Junto com a campanha anunciada foi instalado ainda o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Instituído por [decreto](#) em fevereiro deste ano, o órgão integrará a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas será composto também por representantes dos ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos; Cidadania e Saúde, além de integrantes indicados pelo Poder Judiciário, Ministério e Defensoria Públicos, peritos criminais, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos Humanos e sociedade civil.

Conforme anunciado, entre as competências do comitê destacam-se o monitoramento à implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o fomento à cooperação entre o governo federal, estados, Distrito Federal e municípios para o mapeamento e prevenção e busca de pessoas desaparecidas. O comitê também atuará no desenvolvimento de estudos, debates e pesquisas sobre o tema, podendo apresentar propostas de edição e de alteração de atos legislativos e normativos.

Pelo rol de atribuições, o desafio do Comitê Gestor será imenso, mas não maior do que a dor de alguém que convive com a incerteza quanto ao que realmente sucedeu com um de seus familiares. É preciso acompanhar e aguardar que essa iniciativa possa reverter pelo menos em parte o quadro que acompanha a atual realidade quanto às pessoas desaparecidas.

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Graduado em Geologia pela UNB, com especialização em Geologia Econômica. Perito Criminal Aposentado (PCDF). Professor da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal e do Centro de Formação de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal. Ex-Presidente e atual membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/pericia-em-evidencia/3ey5b2xorx>

